



02ª Reunião Ordinária/2024

11 de abril de 2024

Formato Presencial

Auditório Maurício Berni, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos

Horário: 14h – 16h30min

10

11

12 **PAUTA:**

13

14 1. Abertura;

15 2. Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 07/03/2024;

16 3. Apresentação sobre o Estudo Critérios Econômicos para a Cobrança, Outorga e Enquadramento
17 Considerando a Internalização dos Custos de Poluição da Água;

18 4. Posicionamento do Comitê Sinos sobre o Projeto de Lei 151/2023;

19 5. Comunicação de Solicitação de Ciência Referente à Solicitação de Outorga para Bombeamento;

20 6. Assuntos Gerais.

21 - Relato ERCOB

22 **ATA ORDINÁRIA Nº 02/24 – REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

23 Aos onze dias do mês de abril do ano de 2024, a plenária do Comitê Sinos se reúne às quatorze horas,
24 de forma presencial, no Auditório Maurício Berni, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos (Av.
25 Unisinos, 950 – Cristo Rei, São Leopoldo – RS, 93022-750). **Abertura:** a presidente Viviane Feijó
26 Machado dá as boas-vindas, agradece a participação dos presentes. Dando início e apresentação do
27 primeiro item da pauta: **2) Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 09/11/2023:** É
28 colocado em apreciação aos membros, sendo aprovada por unanimidade. João Brito (STR Rolante e
29 Riozinho), Maria Daniela Ronnau (STR Novo Hamburgo) e Dirceu Luiz Lopes Machado (PM Santo
30 Antônio da Patrulha) pedem que seja registrado em ata sua contrariedade quanto aos preços públicos
31 unitários pelo uso da água, votados na reunião anterior. No próximo item **3. Apresentação sobre o**
32 **Estudo "Critérios Econômicos para a Cobrança, Outorga e Enquadramento Considerando a**
33 **Internalização dos Custos de Poluição da Água":** O professor Guilherme Marques (UFRGS)

34 apresenta o trabalho realizado referente à critérios e subsídios para avançar na cobrança pelo uso da
35 água, propondo uma abordagem mais baseada na lógica econômica em comparação com a abordagem
36 financeira que atualmente é utilizada no Comitesinos. Ele destacou a importância da segurança hídrica,
37 definida como a capacidade da sociedade em se adaptar para garantir o acesso à água no futuro,
38 considerando incertezas climáticas e mudanças no uso do solo. Os principais eixos da segurança hídrica
39 incluem resiliência, economias produtivas, ecossistemas, saúde e bem-estar. Os desafios e limitações
40 apresentados foram a falta de embasamento na determinação dos Preços Públicos Unitários (PPU), as
41 dificuldades na definição dos critérios para outorga e no enquadramento, além da falta de integração
42 entre os instrumentos de gestão.

43 O processo proposto funciona a partir da modelagem na bacia para identificar o mapa de soluções
44 possíveis, sendo um processo multi-objetivo que visa maximizar o benefício econômico do uso da água
45 e minimizar a concentração de poluentes. Cada usuário na bacia gera um benefício econômico
46 diferente, sendo representado no eixo Y, enquanto a concentração de poluentes é representada no eixo
47 X. As soluções possíveis são representadas por pontos no gráfico, onde cada ponto é um arranjo de
48 captações e lançamentos na bacia. Posteriormente, são identificadas as melhores soluções, que são
49 aquelas que possuem o maior benefício econômico e a menor concentração de poluentes. O comitê
50 decide quais objetivos são mais importantes.

51 A análise é conduzida para determinar qual solução é a melhor. Com base nos objetivos definidos, os
52 valores de referência para cobrança são determinados, incluindo a definição de subsídios para captação
53 e lançamento de água. Esse processo é dividido em quatro etapas: modelagem na bacia, identificação
54 da solução atual na bacia, atuação do comitê para pactuar objetivos e metas de redução, e definição de
55 subsídios para cobrança.

56 Ao final da apresentação, Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) acrescenta que o assunto
57 Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos não se encerra. Diz que em algum momento o mecanismo
58 e os preços serão revisados e que devemos pensar em outras possibilidades daqui para frente. A
59 avaliação por trechos foi discutida no GT, mas o mesmo fez o possível para chegar nos métodos mais
60 simples possíveis.

61 Marco Muller (CICS Portão) pergunta se o IPH notou alguma posição do Estado do Rio Grande do Sul
62 em relação ao avanço do Comitesinos na cobrança. Ele pergunta se há alguma sinalização de que o
63 Estado queira ou não a implementação da cobrança.

64 O professor Guilherme Marques afirma que, julgar pelos exemplos recentes, como o caso do Gravataí,
65 em que o processo ocorre dentro de um processo civil do Ministério Público, foi possível perceber que
66 o Estado não está tão interessado em avançar com o assunto.

67 Joel García (SEMAE) diz que, se entendeu bem, pelos arranjos escolhidos seria uma solução tanto para
68 regiões com poluição menor e alta captação ou com poluição maior e pouca captação. Seriam cobranças
69 com valores distintos e com foco no ponto de inflexão entre redução dos poluentes e ganho econômico.

70 Guilherme Marques (UFRGS) responde que são usuários que irão definir o que querem de qualidade
71 e o modelo de cobrança vai ajudar com o objetivo. Essa ação deve variar de trecho pra trecho, tanto
72 para lançamento quanto para captação.

73 Sílvio Klein (COMUSA) fala que, em termos práticos, o modelo parece dar diretrizes para novas
74 instalações, empreendimentos ou captações. Como representante da COMUSA, ele afirma que já há
75 pontos de captação e lançamento, e que não irá mudar de cidade. Com base nisso, ele pergunta se a
76 COMUSA iria pagar mais ou menos pelo uso da água. Afirma ter gostado da proposta, mas que gostaria
77 de entender esse ponto a partir de exemplos nesta linha.

78 Guilherme Marques (UFRGS) responde que nenhum modelo de cobrança no Brasil contempla critérios
79 econômicos. Relata que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) quer contratar um
80 serviço de consultoria para fazer uma análise e contratou o IPH para ajudar no termo de referência. Ele
81 lembra que toda discussão sobre cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Brasil é em cima de um
82 ou dois centavos. Se o usuário está em uma região de água escassa e a meta de melhoria é mais
83 ambiciosa, então ele vai pagar um pouco mais caro do que em lugares com condição mais favorável.

84 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) ressalta que, às vezes, é difícil pensar politicamente, como
85 no caso da possibilidade de um município investir em outro para que ocorra a melhoria.

86 Julianna Dal'Maso (CORSAN/AEGEA) pergunta se foram considerados os núcleos urbanos na
87 elaboração do trabalho. Ela lembra que não há muito espaço para mudanças nos pontos de lançamento
88 e de captação, e que é preciso um grande investimento para poder utilizar outro manancial ou corpo
89 hídrico receptor.

90 Guilherme Marques (UFRGS) responde que, se não há outra opção, aquela população vai pagar um
91 pouco mais caro. Lembra que não é uma diferença significativa, e que é possível escalar. O efeito
92 absoluto disso será discutido no comitê. Ele também reforça que este método deve ajudar a direcionar
93 as novas outorgas.

94 Dando continuidade à pauta a presidente Viviane Feijó Machado apresenta o item: **4. Posicionamento**
95 **do Comitesinos sobre o Projeto de Lei 151/2023:** Samuel Campos (COMITESINOS) faz a leitura do
96 documento elaborado pela diretoria do Comitesinos. Viviane (COMITESINOS) explica a importância
97 da manifestação, uma vez que a PL 151/2023 libera barramentos e açudes em Áreas de Preservação
98 Permanente. Ela fala sobre as consequências desse tipo de intervenção, incluindo a futura escassez de
99 água, levando em conta a importância das APP's para a disponibilidade hídrica. Ressalta que o
100 documento é uma solicitação da diretoria. Por fim, pergunta se alguém é contrário ao posicionamento.

101 Julianna Dal'Maso (CORSAN/AEGEA) fala que o tempo para análise do documento foi curto, e pede
102 alguns dias.

103 Carla Pires (SERGS) diz que a posição da SERGS também é para pedir mais tempo, já que é o
104 posicionamento da instituição que os representantes devem levar ao comitê, principalmente quando
105 envolve um posicionamento referente ao governo do estado. Ela diz que o documento está bem
106 embasado, mas peca por ser muito extenso, lembrando que são seis páginas de considerandos, enquanto
107 a proposição tem apenas um parágrafo. Ela acredita que deve haver uma enumeração dos pontos da lei
108 que mais preocupam.

109 Sílvio Klein (COMUSA) entende que o documento tem uma base muito boa e consistente, mas sente
110 falta de falar sobre a regulamentação. Fala sobre a possibilidade de influir com a FEPAM, que está
111 trabalhando na regulamentação. Pede que a manifestação seja encaminhada para todos os Comitês de
112 Bacia Hidrográfica do Estado. Ele lembra que, quando foi formado o grupo com os oito comitês da
113 Região Hidrográfica do Guaíba, foi possível ver que há comitês contrários a questões como esta que
114 estamos combatendo. O argumento mais forte da manifestação é a não participação dos comitês e da
115 sociedade. Lembra que a lei gaúcha das águas foi criada com o viés da participação da sociedade.

116 Joel García (SEMAE) acredita que o debate deve ser mais amplo e feito com a sociedade, e concorda
117 com Sílvio sobre a importância de levar isso aos demais comitês.

118 Luana Rosa (Movimento Roessler) fala em nome do Movimento Roessler quando manifesta seu
119 repúdio ao Projeto de Lei 151/2023, e se atenta à inconstitucionalidade da lei, uma vez que fere a
120 legislação da União. Lembra que estamos dentro de um comitê, cuja bacia saiu de um período de seca
121 para enchentes, e reforça que esse processo será constante, e as APP's são vitais para evitá-los. Alerta
122 que, se o Estado liberar uma lei para que essas APP's sejam usadas para construção de açudes e
123 barramentos, seja pela indústria ou pela produção rural, ferirá a Lei Nacional. Afirma que este processo
124 deveria ir para o Ministério Público, e que o Consema também está discutindo isso hoje.

125 Arno Kayser (Movimento Roessler) reforça o porquê de o PL ser nocivo, sendo parte de um projeto
126 conduzido por um pequeno setor da sociedade que ainda não compreendeu que as Áreas de Preservação
127 Permanente são importantes. Lembra que os funcionários da FEPAM, que raramente se posicionam,
128 fizeram um documento se posicionando contrários a esse projeto de lei. Em complemento à Arno,
129 Luana Rosa (Movimento Roessler) diz que é estranho o primeiro comitê de bacia hidrográfica do Brasil
130 chegar atrasado.

131 Fica acordado que a diretoria receberá contribuições até dia 17/04, para dia 18/04 o documento ser
132 fechado na reunião da Comissão Permanente de Assessoramento.

133 **5. Comunicação de Solicitação de Ciência Referente à Solicitação de Outorga para**
134 **Bombeamento;** A secretária executiva Kely Boscato apresenta o próximo item de pauta. Ele se refere

135 à solicitação do SIOUT para manifestação do comitê. A Instrução Normativa 07/2023 ficaria aberta de
136 2 de dezembro a 11 de março. Todas as solicitações de outorga realizadas nesse período foram
137 contabilizadas para o balanço hídrico, mas as solicitações realizadas após esse período, devido ao
138 fechamento da IN, estão fora do balanço. A alternativa proposta é considerar a solicitação de prazo da
139 IN para incluir essas instituições no balanço. A plenária opta por ampliar o prazo até 11 de abril.

140 **6. Assuntos Gerais**

141 Kely Boscato (COMITESINOS) faz um breve relato sobre a participação do Comitesinos no primeiro
142 encontro regional dos Comitês de Bacia, com dois painéis um sobre cobrança e outro sobre experiências
143 exitosas do Comitê de Bacia.

144 Ela fala também sobre a participação no aniversário de 35 anos do Comitê Gravatahy e dos 26 anos do
145 Taquari-Antas.

146 O processo eleitoral do Comitesinos está no jurídico da SEMA, o prazo é até junho para que ele seja
147 realizado.

148 Marco Muller faz uma fala sobre o falecimento de Flávio Friedrich, ocorrido no dia 03 de abril. Ele era
149 representante do Sindicato da Indústria dos Artefatos de Borracha do estado do Rio Grande do Sul no
150 Comitê Sinos. A plenária que ocorreria no dia 04 de abril foi adiada em função disto, e o comitê esteve
151 presente no velório na figura da presidente Viviane Feijó Machado.

152 A presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. E, para constar, eu, Kely Boscato
153 Pereira, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela presidente, pelo vice-
154 presidente e por mim.

155 Anexo: lista de presença.

156

157

158

São Leopoldo, 11 de abril de 2024.

159

160

161

162

163 Kely Boscato Pereira
164 Secretária Executiva

Daniel Pereira
Vice-presidente

Viviane Machado Feijó
Presidente

165

166

167